

A AGRICULTURA URBANA NA PERSPECTIVA DO COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO: ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES

Tecnologia e Sustentabilidade

João Rafael Vissotto de Paiva Diniz – ITCP-USP – rafa.diniz@uol.com.br

Lucimara Marcelino – ITCP-USP / IB – USP – insana_bio@yahoo.com.br

Resumo

O processo de urbanização brasileiro acarretou um modelo de divisão campo-cidade no qual a produção de alimentos necessária às demandas das populações centraliza-se nas áreas rurais. Além disso, a agricultura convencional, aliada historicamente a políticas de priorização da produção em grande escala e para exportação, adquiriu hegemonia suficiente para esvaziar os espaços rurais de pequenos produtores e resultou em uma série de impactos ambientais. Dentre outros problemas, as consequências são verificadas através da imensa dificuldade que os centros urbanos enfrentam em ampliar a sua sustentabilidade. Nesse contexto, a agricultura urbana surge como alternativa à crise alimentar, ambiental e sócio-econômica, a qual já está posta; possibilitando a ocupação de espaços urbanos e tornando-os produtivos. Na busca das cidades sustentáveis, a agroecologia demonstra-se uma opção viável, com produtividade equivalente aos sistemas agrícolas convencionais. Somando-se aos qualitativos ambientais e sócio-culturais, a comercialização dos alimentos agroecológicos através dos mercados justos e solidários pode representar uma vitória bastante significativa frente à destruição dos ambientes e à exploração do trabalho humano.

Palavras chaves: Agricultura Urbana, Agroecologia, Economia Solidária, Espaços Urbano, Sustentabilidade.

1. Introdução

A prática do cultivo da terra remonta à própria origem do ser humano. Por meio da caça e da coleta de alimentos, as primeiras comunidades satisfaziam suas necessidades nutricionais elementares ao preço de constantes deslocamentos para novas áreas, dadas as limitações de suprimento de cada região. Somente a partir da apreensão do conhecimento sobre as dinâmicas naturais e do desenvolvimento de técnicas agrícolas, tornou-se possível a fixação do homem em determinados espaços geográficos, agora manejando a produção do seu alimento (EHLERS, 1999).

De lá pra cá, as técnicas de cultivo aperfeiçoaram-se constantemente, sendo boa parte dessas transformações decorrência dos avanços tecnológicos da pesquisa científica dos últimos dois séculos.

Mais recentemente, a dinâmica social do trabalho deslocou parcela significativa da população camponesa para os grandes centros urbanos, atribuindo destinações e funções sócio-econômicas bem delineadas a esses dois espaços geográficos, antagônicas mas complementares entre si.

Infladas, as cidades experimentaram um salto significativo de suas necessidades alimentares e de saúde pública, entre outros problemas, sem encontrar a resposta na agricultura convencional, comprometida pelos altos custos sociais e ambientais de um modelo insustentável.

O objetivo desse artigo é abordar o conceito, traçar as linhas fundamentais e discutir o alcance de um novo modelo proposto, e cada vez mais difundido, de produção agrícola em espaços geográficos densamente ocupados: a chamada “agricultura urbana”; refletindo suas possibilidades e limites no fomento do desenvolvimento local das comunidades, através da comercialização solidária, e na busca de uma sociedade sustentável.

2. Agricultura Doméstica x Exportável: uma história de desequilíbrio social e ambiental

Segundo KOVACSIK (2003), durante as décadas de 80 e 90, o setor da agricultura exportável brasileira, representado pelas grandes *commodities* negociadas em bolsas de valores, apresentou crescimento acelerado se comparado com o setor doméstico, responsável pela produção de alimentos para o mercado interno.

A década de 80, mais especificamente, foi marcada pela substituição das áreas, até então utilizadas pelas culturas alimentares de mercado interno, para o cultivo em massa das culturas de exportação, notadamente a soja, então concentrada na região sul e centro-oeste do país.

Somente no início dos anos oitenta, a produção de arroz teve um decréscimo de 5,6% no país, acompanhada pela batata, mandioca e outras culturas utilizadas para o abastecimento do mercado consumidor interno.

Durante a década de 90, essa tendência não se alterou. Estimulado por empréstimos e programas de apoio à produção agroexportadora, inclusive do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outros agentes governamentais, a produção do setor de exportação experimentou um crescimento acelerado.

Sujeitas a condições externas e tendo o benefício da escala mundial do mercado comprador, as culturas extensivas de exportação não sofriam oscilações significativas no preço, tampouco experimentavam quaisquer desfavores da política agrícola nacional, francamente direcionada à produção em grande escala.

De outro lado, diretamente atingidos pelas flutuações da política econômica nacional, os pequenos produtores sofreram os efeitos da instabilidade de preços aliada a diversos outros problemas, como as dificuldades na distribuição interna dos alimentos, quebras de safras e financiamentos públicos insuficientes; fatores esses que contribuíram para a queda brusca na rentabilidade da produção.

Para MELO (1982), a relativa tranquilidade vivenciada pelos produtores de culturas exportadoras, menos instáveis que as domésticas em razão da maior amplitude do mercado e das possibilidades de negociação, fez com que as inovações tecnológicas se acentuassem na produção extensiva exportadora.

Dessa forma, mais e mais postos de trabalho no campo foram sendo eliminados com a chegada de maquinário pesado e novas técnicas de manejo da produção a partir da aplicação intensiva de pesticidas e fertilizantes químicos, além da utilização intensiva de sementes e cultivares obtidos a partir de processos de melhoramento,.

Na inter-relação de circunstâncias que acompanharam essa nova racionalidade de produção agrícola, a partir da década de 70, a chamada Revolução Verde exerceu um papel central de agente catalisador.

O objetivo da introdução dessas novas técnicas de cultivo e manejo de solo, com base nos avanços tecnológicos da pesquisa científica, foi alavancar a produção agrícola de alimentos, principalmente nos países periféricos não industrializados como o Brasil; propiciando um surto de desenvolvimento agrícola, em resposta ao propalado risco de desabastecimento e fome.

De fato, esse processo de “profissionalização” da atividade agrícola possibilitou um significativo incremento da produtividade nacional. Do início da década de 80 até o fim do século, a produção agrícola média cresceu 70%, impulsionada essencialmente pelos produtos de exportação (KOVACSIK, 2003).

Como outra face da moeda desenvolvimentista, a ausência de políticas públicas de proteção e incentivo à pequena agricultura acabou por determinar a queda na oferta de diversos produtos domésticos: o nível de incertezas com as quais os pequenos agricultores tinham de conviver era por demais elevado. Aqueles que detinham a possibilidade aderiram à produção exportadora; quem não possuía a escala suficiente optou por alienar sua propriedade ou mesmo arrendá-la, por valores, na sua maioria, insuficientes para o próprio sustento familiar.

Já no início da década de 80, FURTADO (1982) bem destacou:

No quadro da atual estrutura agrária a penetração dos recursos financeiros e da técnica moderna tende a fazer-se de forma a aumentar a distância entre uma ínfima minoria beneficiada e a imensa maioria esquecida.

O modelo capitalista, aliado ao advento tecnológico, revolucionou o mundo agrário tanto quanto retirou as bases da condição de vida e trabalho do camponês. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo acabou por proletarizar boa parte da comunidade rural, agora transformada em exército industrial de reserva; e o campesinato sobrevivente teve que se inserir na produção de mercadorias, subordinado à grande empresa processadora, adotando a posição de pequena burguesia agrária, ainda que, economicamente, tal definição não reflita as reais condições de vida (ANPOCS, 1986).

Mais além, conforme salienta TILMAN (1998), a utilização excessiva de fertilizantes industriais ocasionou a sensível diminuição dos compostos orgânicos no solo, especialmente os de fácil biodegradação, reduzindo, assim, sua capacidade de fornecer nitrogênio.

A perda da fertilidade do solo trouxe consigo outros custos ambientais, como a lixiviação dos nitratos, carregados para os ecossistemas aquíferos, e a

necessidade cada vez mais elevada de “inputs” energéticos e químicos num processo crescente e em espiral extremamente danoso e insustentável.

Em igual sentido, o modelo de padronização extensiva das culturas acabou por empobrecer a variedade e a biodiversidade local de espécies, e a utilização maciça de defensivos agrícolas promoveu o surgimento de novas doenças e pragas a partir da seleção de organismos fitopatogênicos e a multiplicação de agentes causais resistentes.

Noutro aspecto, o avanço da fronteira agrícola pelas aéreas das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, até então ocupadas pelo cerrado, floresta amazônica e mata atlântica respectivamente, contribuiu sobremaneira para o agravamento da questão climática e ambiental brasileira.

3. O Processo Brasileiro de Urbanização e a Dicotomia Espacial

Segundo dados da Organização das Nações Unidas, em 1800, somente 3% da população mundial vivia em centro urbanos. Para o ano de 2007, a previsão daquele órgão é que, pela primeira vez na história da humanidade, existirão mais pessoas vivendo e trabalhando em cidades do que em áreas rurais. A estimativa é que a porcentagem de habitantes concentrados em áreas urbanas alcance 61% por volta de 2030, passando dos atuais 3 bilhões de pessoas para mais de 5 bilhões.

O caso brasileiro é ainda mais emblemático: segundo dados do último recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2000, 80% da população nacional habita aglomerações classificadas como urbanas, sendo que boa parte desse percentual encontra-se nas metrópoles ou cidades de médio porte.

Como se vê, o processo de migração das populações rurais para os grandes centros urbanos e o próprio crescimento das metrópoles brasileiras tende a se acelerar nas próximas décadas, promovendo um esvaziamento do modo de vida campesino pela inserção, cada vez maior, do modelo capitalista na produção agrícola.

Todavia, ainda que o processo de urbanização seja resultado de processos já bastante estudados e explicados, o fator demográfico não constitui o único elemento estratégico para se entender as mudanças da produção social no espaço.

Para SINGER (1998), a divisão campo-cidade não pode ser compreendida historicamente abstraído-se as relações de classe. A cidade como sede do poder exerceu, por origem, um papel de dominação social, apropriando-se da parcela excedente da produção alimentar do campo para sustentar suas instituições políticas e sociais, integrantes da chamada burocracia estatal.

Somente em um momento posterior, com a concentração crescente de parcela da população num dado espaço geográfico, a sobrevivência tornou necessária uma divisão de tarefas, especializadas e complementares.

A produção primeira dos alimentos, assim, deveria ser realizada pelo campo, o qual, posteriormente, forneceria uma parcela aos integrantes da cidade mediante o recebimento de produtos típicos da atividade urbana.

Muito além da simples troca, o processo de produção/extração e a transformação dos elementos da natureza passou a integrar-se em uma cadeia única, iniciada no campo e concluída na cidade.

Entretanto, como já visto, a partir da extensão do processo de industrialização para as atividades agrícolas, o camponês transformou-se em um agricultor especializado, adquirindo produtos manufaturados das cidades sem mais contar com uma produção para seu autoconsumo.

Deste modo, a cidade ficou sendo o lugar no qual se concentra não apenas o excedente alimentar produzido no campo, mas *toda* a produção agrícola, a qual é comercializada, transformada industrialmente e, em parte, redistribuída ao campo a partir da cidade (SINGER, 1998).

Via reflexa, a dicotomia na utilização dos espaços foi enormemente acentuada: urbano e rural assumiram características espaciais verdadeiramente antagônicas.

A agricultura praticada no âmbito das cidades e entornos estritos, em regra de pequena escala, foi considerada ineficiente economicamente, e, portanto, desinteressante para a dinâmica de abastecimento local.

A cidade conferiu, assim, novas funções a seus espaços, agora relacionados às atividades de prestação de serviços e produção de bens mediante a utilização de matérias-primas agrícolas aliadas ao emprego da tecnologia.

De outro lado, a utilização do espaço rural limitou-se à produção primária, via de regra livre de qualquer transformação mais complexa, ainda que irrevogavelmente influenciada pelo processo de industrialização agrícola.

Ocorre que o desenvolvimento de uma série de necessidades sociais emergidas no âmbito do limitado espaço urbano, além do agigantamento dos custos ambientais relativos à agricultura convencional, trouxe à tona a necessidade de revisão desse modelo de repartição dual de responsabilidades, segundo o espaço sócio-econômico ocupado.

Seja pelo efetivo descompasso oferta/demanda de determinados gêneros alimentícios, seja em razão dos custos agregados pelo transporte até o mercado consumidor, tonou-se evidente a incapacidade de se satisfazer, de maneira regular e suficiente, as necessidades nutricionais e energéticas de uma parcela considerável da população¹.

Como resposta, uma releitura da integração urbano-rural e do papel sócio-espacial do ambiente urbano tornou-se necessária, tendo como parâmetro os benefícios sociais e ambientais.

¹ Nesse contexto, tornou-se de especial importância a definição e consolidação do conceito de "segurança alimentar" como "a realização do direito de todos ao acesso a uma alimentação saudável de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo realizar-se em bases sustentáveis", conforme Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional.

4. Agricultura Urbana: possibilidades e desafios

4.1. A utilização dos espaços urbanos na produção agri-alimentar

A agricultura urbana é realizada em áreas dentro ou no entorno (peri-urbana) de uma cidade, sendo estes espaços geralmente considerados pequenos ou médios em relação àqueles utilizados na chamada agricultura rural. A produção comumente é destinada ao consumo próprio ou para a venda em pequena escala; visto que a exclusividade da dedicação dos produtores não é freqüente, há falta de recursos técnicos e a obtenção de excedente financeiro tende a ser uma finalidade secundária, entre outras diferenças.

Fundamentalmente, a singularidade desse ambiente reflete um significado igualmente distinto na produção, pois os espaços caracteristicamente urbanos são aproveitados de acordo com suas possibilidades. Surge, então, a prática agrícola aliada à ocupação dos intervalos espaciais presentes nesse comprimido ambiente: canteiros suspensos, vasos, quintais, jardins comunitários.

Muito além da alternativa para a utilização dos espaços, os quais existem em grande quantidade e em variadas proporções, as cidades têm um potencial enorme para arcar com a responsabilidade acerca das suas demandas alimentares, geradoras de profundos impactos ambientais e sociais. Reconhece-se cada vez mais a agricultura urbana como processo capaz de atender parte significativa dessas necessidades da população, contribuindo ainda com o fomento da economia local e a garantia de segurança alimentar crescente para as pessoas, as quais podem também participar da formação coletiva que precede e permeia os trabalhos comunitários.

A partir desse ponto de vista, a possibilidade da agricultura urbana aponta para a maior sustentabilidade dos centros urbanos, tais como a mitigação dos efeitos produzidos pela agricultura convencional em larga escala, atual maneira de assumir a demanda existente de alimentos. Um segundo problema, fortemente atenuado nesse contexto, é a necessidade do transporte: a menor distância entre o centro produtor e o centro consumidor diminui a energia incorporada ao sistema, reduzindo os custos relativos e facilitando a distribuição (EDE, 2002).

Entre tantas conseqüências construtivas advindas da produção de alimentos dos canteiros urbanos, reitera-se a utilização de vazios espaciais nesse processo, tornando-os acima de tudo espaços produtivos dentro das cidades, antes vistas como meros centros consumidores. Essa mudança de paradigma sustenta uma real transformação dos rumos das atividades humanas, direcionadas agora para a busca do imprescindível equilíbrio entre a capacidade da natureza de fornecer recursos e regenerar as retiradas, e das comunidades de suprir parte significativa de suas necessidades de forma cautelosa e digna.

4.2. Resgate da cultura e produção campesina : segurança e soberania alimentar

O processo de envolvimento das pessoas na produção de alimentos nos centros e arredores urbanos relaciona-se profundamente à origem desses agricultores potenciais. A diversidade cultural presente nos espaços urbanos

brasileiros, particularmente nas periferias, é imensa; sendo atribuída quase completamente ao fato da composição dessas comunidades tratar-se de migrantes provenientes de várias regiões do país, em especial do Nordeste.

Quando recebidos pela realidade de uma nova terra, esses indivíduos são participantes, nem sempre sujeitos, de um processo de integração cultural muito forte; o qual resulta quase sempre na perda de conhecimentos e saberes populares até mesmo em uma única geração, que dirá com o passar dos tempos.

Essas informações e práticas, muitas vezes carregadas da experiência cotidiana no campo e conquistas frente às dificuldades, são resgatadas perante a possibilidade do retorno às atividades ligadas aos sistemas produtivos agrícolas. Considerando ainda a realidade urbana, na qual se faz presente um conjunto de tecnologias e informações bastante próprias, bem como a necessidade da integração dos espaços geográficos, o resultado desses meandros e trocas de experiências é o enriquecimento cultural das comunidades.

A importância desse processo pode ser verificada segundo vários aspectos, entre os quais a valorização das culturas e a utilização dessas para construir uma identidade entre os sujeitos; permitindo a eles, entre outras coisas, a reflexão maior e mais profunda acerca dos problemas coletivos e a busca de soluções que transpasse pelas necessidades e possibilidades locais.

Parte fundamental desse patrimônio intelectual consiste nos conhecimentos relacionados às variedades vegetais nativas, que muitas vezes são tão ou mais nutritivas que aquelas provenientes de outros lugares. Esses saberes são geralmente perdidos ou adormecem na presença da quase imposição da cultura alimentar dominante. Além disso, até mesmo o patrimônio genético das sementes é perdido, visto que não é mais considerado fundamental para garantir a alimentação dessas pessoas.

O resgate dessas informações permite a construção e a garantia de segurança alimentar nas comunidades, refletindo em mais qualidade de vida. Muito além, a maior autonomia conseguinte desse processo, quando o ponto de vista parte da realidade das macroregiões e até mesmo do país, possibilita maior segurança alimentar aos povos. É importante frisar que não se objetiva o afastamento das culturas mais distantes e de suas produções, mas garantir que as relações possam existir e se fortalecer sem pôr em risco a soberania alimentar de um povo ou seu patrimônio cultural.

Ainda referente ao resgate da cultura, é possível observar que a rede de relacionamentos humanos existente entre os campesinos e mesmo interioranos, também é fortalecida. As relações interpessoais, nessa realidade, se devem essencialmente às qualidades das pessoas, e não à variação de posse; além de que as relações de compadrio, as quais assumem tanta importância quanto as famílias conjugais, também sofrem resgate e conseguinte valorização.

Toda essa estrutura, então reconstruída, torna ainda mais possível a organização conjunta nas comunidades, o que lhes carrega de força e responsabilidade sobre seus problemas e necessidades. Também é construída a realidade que aproxima as relações econômicas dos princípios do comércio justo e

solidário, o que será tratado mais à frente.

4.3. A agroecologia como alternativa real

As perspectivas sobre como produzir alimentos suficientes para sustentar a população mundial há muito se colocam como um grande desafio. Desde as projeções malthusianas, em meados do século XVIII, as quais diziam que o crescimento numérico de pessoas não seria acompanhado pela capacidade agrícola mundial; nos debruçamos sobre as possibilidades de alcançar uma agricultura capaz de assegurar a sobrevivência dos povos.

Por volta dos anos 60, quando as taxas de crescimento populacional acentuaram-se ainda mais, o pacote tecnológico da agricultura de alta intensidade, baseado no uso de grandes quantidades de fertilizantes químicos e defensivos agrícolas, além das variedades vegetais mais resistentes, pareceu à humanidade a alternativa mais eficaz contra o risco da fome. A Revolução Verde trouxe também, e em pouco tempo, uma série de problemas ambientais, os quais já foram tratados nesse trabalho: queda da fertilidade dos solos, erosão e salinização; perda de solos agrícolas por contaminação; explosão de pragas; eutrofização e assoreamento de corpos d'água; diminuição, esgotamento e contaminação de lençóis freáticos.

Além das sérias interferências no equilíbrio dos ecossistemas naturais, a massificação da chamada agricultura moderna via Revolução Verde gerou uma crescente dependência de combustíveis fósseis, através do emprego massivo de tecnologia aplicada às maquinarias agrícolas. Toda essa intensa mecanização dos diversos trabalhos relacionados ao campo gerou ainda enormes e crescentes taxas de desemprego, além de pronunciado êxodo rural nos países ditos em desenvolvimento. A necessidade crescente de grandes investimentos financeiros para qualificar e quantificar a produção, entre outros fatores, tornou ainda maior a concentração de terras, aumentando a desigualdade socioeconômica entre os produtores; e fez crescer sobremaneira o endividamento dos países mais pobres com os principais países produtores de insumos agrícolas.

O argumento convencional em favor dos métodos da agricultura moderna é que eles constituem a única maneira eficiente de resolver o problema da fome mundial, mas isto é uma ilusão. É certo que esses métodos agrícolas poderiam ser aperfeiçoados com o conhecimento científico atual, porém as imensas monoculturas e todo o pacote da agricultura altamente subsidiada não são a única direção possível (LUTZENBERG, 1998).

A construção desse panorama precede e contextualiza o surgimento e o fortalecimento crescente do qualificativo sustentável aos sistemas produtivos agrícolas. Essa expressão, sustentabilidade, refere-se a um padrão tecnológico que não utilize de forma predatória os recursos naturais, nem modifique tão agressivamente o meio ambiente. Incorpora-se a essa definição, ainda que imprecisamente, a preocupação de incluir a elevação da produtividade desses sistemas, resultando na integração equilibrada de objetivos sociais, econômicos e ambientais.

A agroecologia tem sido difundida como uma alternativa bastante viável de produção de alimentos que contemple as preocupações apresentadas, visto que seu objetivo maior é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de

impactos ambientais e com retornos econômicos e financeiros adequados à meta de redução da pobreza. Trata-se de uma abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação dos efeitos das tecnologias produtivas sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. O principal objetivo é trabalhar com os sistemas agri-alimentares complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem (e, de certa forma, mantenham) a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas.

O manejo é realizado, portanto, a fim de fomentar a manutenção da própria natureza dos ecossistemas, direcionando sua produção para as necessidades humanas sem interferir drasticamente na dinâmica biológica. Um exemplo claro desses critérios é a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas como primeiro princípio de promoção da auto-regulação e sustentabilidade. Também é feito o retorno de todas as chamadas sobras orgânicas do sistema para o seu próprio enriquecimento, o que pode tornar a necessidade de “inputs” energéticos externos praticamente nula. Quando se considera necessária a utilização de medidas mais interventivas para o controle de pragas específicas ou deficiências do solo, esse processo é realizado de maneiras alternativas às convencionais: através de inseticidas botânicos e fertilizantes naturais, por exemplo (ALTIERI, 1998).

Além de todas essas justificativas qualitativas para o uso de tecnologias sustentáveis na produção de alimentos, é fundamental destacar a capacidade produtiva desses sistemas. Quando comparados aos convencionais, que utilizam enormes quantidades de insumos externos ao ecossistema, a produtividade por unidade de energia investida é muito maior: a energia obtida em relação àquela investida nas produções agroecológicas é pelo menos 3 vezes maior do que nas propriedades baseadas na agricultura convencional.

Estudos realizados com variedades vegetais distintas e três tecnologias de cultivo diferentes, sendo duas dessas de acordo com princípios agroecológicos, mostraram resultados surpreendentes: em cerca de 10 anos, a média de produção entre os sistemas agrícolas diferiu menos de 1%, obtendo-se aproximadamente o mesmo lucro em todos os casos. No entanto, a matéria orgânica do solo e o conteúdo de nitrogênio, ambos usados como medidas de fertilidade, aumentaram notadamente nos sistemas naturais, mas declinaram ou não sofreram alteração no convencional. Além disso, este último resultou em impactos ambientais maiores, dos quais podemos citar como exemplo o carregamento de nitrato pela água do solo, que em um período de cinco anos foi 60% maior no sistema convencional (DRINKWATER *et al*, 1998).

De maneira geral, existe hoje uma série de trabalhos publicados demonstrando que as propriedades agroecológicas podem ser tão ou mais lucrativas do que as convencionais; o que, somado aos ganhos ambientais e socioeconômicos, consiste em uma confirmação clara de suas possibilidades enquanto alternativa de produção de alimentos; aqui referentes às produções urbanas de alimentos.

5. Comercialização

A produção de alimentos na agricultura urbana comumente encontrada hoje é bastante limitada quantitativamente se comparada com as possibilidades dos

setores rurais convencionais, visto que seus principais objetivos relacionam-se com o suprimento de ao menos parte das necessidades alimentares dos agricultores. No entanto, o excedente, mesmo quando não intencional, é muito comum nos diferentes espaços cultivados e cultiváveis.

Nas propriedades menores, cujos sistemas produtivos resumem-se a canteiros e pequenas hortas nos quintais, o excedente geralmente será vendido para a comunidade da vizinhança. Também é comum que esses alimentos sejam doados aos vizinhos e conhecidos mais próximos; quando não participa de trocas, o que pode ser visto como um aspecto cultural dessas regiões.

Já nas propriedades relativamente maiores, cujo sistema de produção objetiva a venda, esses alimentos serão comercializados em feiras ou pequenos a médios comércios regionais (sacolões e mercados). Nesse contexto, o valor de troca da produção é definido pelas demandas e dinâmica dos mercados locais, mas também resultado das especulações presentes na comercialização da produção das grandes propriedades convencionais.

Noutro aspecto, é fundamental atentar para a realidade das produções que são propostas como sustentáveis por escolherem os princípios da agroecologia como norte. Parte de seus importantes qualitativos foi levantada nesse artigo, contudo sua inserção comercial não foi ainda contextualizada.

Quando os atributos sociais são postos como objetivos claros da produção alimentar urbana, torna-se imprescindível repensar as estruturas comerciais envolvidas. Se a venda realiza-se permitindo que exista remuneração injusta e exploração do trabalho dos agricultores ou de seus funcionários, valor de mercado não condizente com os custos reais da produção, entre outras características do comércio dito capitalista, a produção alimentar agroecológica não cumpre com todas as suas funções; pois esses são critérios tão importantes quanto a ausência de contaminação dos alimentos e do meio ambiente por agrotóxicos ou o empobrecimento das terras agricultáveis. Fica claro que refletir acerca da comercialização é fundamental para garantir os qualitativos pretendidos com os alimentos produzidos sustentavelmente.

Nesse contexto, se inserem as possibilidades da Economia Solidária e do chamado comércio justo, trazendo uma série de princípios que estabelecem transformações nos padrões de consumo e de venda.

As redes colaborativas que permeiam a Economia Solidária e constituem os mercados justos e solidários são pautadas pela eliminação dos níveis de intermediação comercial especulativa, garantia do pagamento de preços justos aos pequenos produtores, fortalecimento das capacidades de escolha e planejamento, estímulo ao surgimento de formas associativas e cooperativas, apoio ao desenvolvimento e oferta de ferramentas de conhecimento e garantia dos fluxos multidirecionais de informações entre os atores envolvidos, entre outros (SAMPAIO & FLORES, 2003).

Na venda da produção agri-urbana, os mercados solidários criam e fortalecem possibilidades de comércio nas localidades onde os espaços são cultivados. Esse processo fomenta sobremaneira o desenvolvimento local, permitindo a inserção na

cadeia produtiva e de consumo de um enorme número de pessoas e, acima disso, traz qualidade de vida para as comunidades; o que ocorre tanto pelas transformações nas relações humanas dos envolvidos como pela maior segurança alimentar proporcionada pelo consumo regular de alimentos saudáveis e diversificados.

Como a economia solidária não abrange somente as relações econômicas propriamente ditas, mas se expande nas e pelas relações políticas e culturais, suas possibilidades são ainda maiores. O fortalecimento da democracia e dos processos participativos através do exercício da autogestão, bem como o enriquecimento cultural proporcionado pelo resgate e a socialização do conhecimento, são ganhos que tornam mais possível a busca e a conquista da dignidade dos sujeitos envolvidos (CUT, 2002). Além de que a reflexão existente nesses processos e o olhar por sobre e através da realidade das comunidades, permite aos indivíduos tornarem-se cada vez mais autônomos e críticos responsáveis das situações construídas.

Como a colaboração e a solidariedade prevalecem sobre o individualismo e a competitividade na Economia Solidária, existe a possibilidade concreta e até mesmo necessária da organização dos pequenos agricultores urbanos a fim de compartilhar custos e despesas relacionados ao escoamento da produção. A comercialização pode, então, se dar através de feiras locais e comunitárias, das quais as estruturas e necessidades são pensadas e implementadas pelos envolvidos, agricultores e consumidores, esses últimos por meio de associações de bairro ou outros espaços comunitários de representação.

Quando a venda objetiva alcançar mercados externos à comunidade, a organização dos agricultores torna-se, muitas vezes, a melhor forma de promover a comercialização, quando não a única. A venda realizada conjuntamente traz a possibilidade de atingir novos mercados e acarreta uma enorme redução de custos nos gastos relacionados ao transporte dos alimentos e outras despesas.

No âmbito estatal, a elaboração de políticas públicas de aquisição direta de alimentos produzidos, em regra, sob os princípios orgânicos e agroecológicos, tem se demonstrado uma maneira possível de fomentar o desenvolvimento dos pequenos agricultores no âmbito espacial urbano.

Outra iniciativa fundamental é a revisão, já em curso, da legislação nacional sobre compras e aquisições públicas de alimentos, a fim de possibilitar aos diversos órgãos públicos do corpo estatal realizarem aquisições diretas ou intermediadas por associações/cooperativas de agricultores, tanto para consumo próprio como para a utilização em projetos e programas públicos.

No tocante à organização de feiras de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, na grande São Paulo já existem algumas iniciativas. O mesmo verifica-se em outras capitais, como Belo Horizonte (Feira de Produtos Orgânicos organizada pela Associação Mineira de Defesa Ambiental no famoso bairro da Savassi), Rio de Janeiro (Feira da Agrinatura, Feira na Coonatura e Cobal do Humaitá), Porto Alegre (Feira dos Agricultores Ecologistas, Feira da Biodiversidade e Feira da Cultura Ecológica Coolméia), Curitiba (Feira Orgânica do Passeio Público, Feira Orgânica Campina do Siqueira e Feira Verde), além de cidades de médio a

grande porte.

No entanto, apesar de geralmente haver certa apropriação do processo de comercialização por parte dos agricultores, as estruturas organizativas ainda não procuram estabelecer os princípios da Economia Solidária, principalmente no que tange à autogestão.

Outra alternativa de comercialização justa dos produtos da agricultura urbana, a Aliança Social é um projeto que visa chamar a sociedade a participar de um processo de transformação social, econômica e ambiental. A iniciativa é resultado da parceria entre o NEPA (Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada), instituições da sociedade civil e a sociedade; e já criou raízes para se estabelecer em várias cidades brasileiras.

O projeto busca ativar e integrar, através da educação e sensibilização, a capacidade produtiva do agricultor e a segurança alimentar com o envolvimento direto das famílias urbanas, que se comprometem em investir no plantio de frutas e verduras. Seus principais objetivos são: aumentar o uso de energias renováveis e desenvolver técnicas ecologicamente adequadas com base nos saberes locais e princípios naturais; garantir a segurança alimentar pelo investimento da sociedade local, instituições públicas e privadas; criar núcleos de aliados entre famílias agrícolas e urbanas e/ou instituições públicas e privadas, estabelecendo um plano de produção de alimentos com entrega semanal de cestas.

Esses alimentos são distribuídos diretamente ao consumidor, o qual faz um investimento financeiro mensal, pré-estabelecido e de acordo com as necessidades reais dos agricultores. A contribuição também se dá através da participação em atividades realizadas nas propriedades produtivas e outros espaços, o que resulta na verdadeira aproximação entre esses sujeitos, construindo um novo conjunto de relações de consumo e produção. Como contrapartida à participação, os aliados recebem cestas semanais de frutas e verduras, com as variedades e quantidades que se deseja consumir, existindo possibilidade de personalização das cestas de acordo com as necessidades das famílias aliadas e respeitando os períodos produtivos naturais das diferentes variedades de plantas. Além disso, existe todo o aprendizado possível com o processo, o que dificilmente pode ser limitado ou até mesmo definido

No âmbito da Economia Solidária, alguns obstáculos à consolidação do modelo de produção e comercialização proposto merecem destaque. A gestão democrática, princípio fundamental da autogestão, surge como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos grupos; o que é verdadeiro para todos os empreendimentos que pretendem tomar parte nesse modelo econômico.

A inserção comercial também constitui uma dificuldade para os grupos solidários, uma vez que os mercados, em regra, são dominados por empreendimentos de base capitalista, fundamentados na própria lógica competitiva e excludente. Em outro aspecto, a cooperação deve ser um objetivo tanto no aspecto interno quanto externo aos grupos, pois a formação e a consolidação de redes de compra e venda é essencial à superação do paradigma da competição.

No campo financeiro, as dificuldades de acesso ao crédito também limitam as

capacidades produtivas dos grupos de economia solidária; dentre outros fatores, pelo baixo capital de giro para as atividades e pela ausência de incentivos através de políticas públicas de fomento.

6. Conclusões

O processo histórico de distribuição da população brasileira e conformação dos espaços geográficos nacionais foi marcado, simultaneamente, por uma crescente exclusão social e migração do homem do campo e pela dinâmica acelerada de metropolização dos centros de agrupamento populacional.

Nesse contexto, os seguidos distúrbios econômicos vivenciados pelo país, com uma nítida redução na oferta de postos formais de trabalho (empregos) e acentuação da crise social urbana, trouxeram à tona questões relativas à sustentabilidade dos grandes aglomerados urbanos e a necessidade de se refletir sobre as alternativas possíveis para o processo de produção dos alimentos em quantidade suficiente, a custos mais baixos e inseridos numa perspectiva tanto ambiental quanto socialmente adequada.

A ocupação dos pequenos a grandes vazios espaciais urbanos pelos sistemas agrícolas revela-se, de fato, capaz de suprir parte importante das necessidades alimentares das comunidades, principalmente no que tange à ampliação da segurança alimentar existente hoje. O resgate cultural que permeia esse processo, por sua vez, aumenta a autonomia das pessoas, tanto quanto aos indivíduos como em relação aos grupos organizados, e cria ou traz à tona uma identidade fundamental no processo de pertencimento dos problemas e possibilidades desses novos sujeitos sociais.

No viés da economia solidária e da criação e ampliação dos mercados justos e solidários, também surge uma nova cultura, pautada pelos ideais do cooperativismo e da construção democrática dos processos de gestão. Essa nova dinâmica também traz novas cores à realidade urbana, hoje tão limitada pelas rígidas estruturas capitalistas condicionadoras do individualismo e do processo de embrutecimento do ser social.

Não como únicas alternativas, mas como buscas bastante viáveis, a agricultura urbana aliada a princípios de agroecologia e comercialização solidária, sugerem um novo e mais justo panorama social: transformar as cidades em espaços sustentáveis, assegurando maiores expectativas em relação à preservação ambiental e dos recursos naturais; possibilitando maior segurança alimentar às comunidades, qualidade de vida, e inserção social de cidadãos, há muito excluídos, na rede produtiva e de consumo consciente; contribuindo verdadeiramente para a diminuição da pobreza e conseqüentemente da injustiça social, tão enraizadas na realidade brasileira.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. UFRGS Editora, 1998, pp. 07-19

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Ciências Sociais Hoje – 1986: A Questão Urbana, Processo de Trabalho, A Questão Agrária, Elites Políticas, Cultura e Política.** São Paulo: Cortez, 1986, pp. 178-179.

CUT - Central Única dos Trabalhadores. **AA comercialização na Economia Solidária.** Publicado com a parceria entre SEBRAE, Agência de Desenvolvimento Solidário e CUT - Central Única dos Trabalhadores, 2002, pp. 30-33.

DRINKWATER, L. E.; JANKE, R. R.; ROSSONI-LONGNECKER, L. **Effects of tillage intensity on nitrogen dynamics and productivity in legume-based grain systems.** Nature, 396: 262-265, 1998.

EDE, S. **Nós nos adequamos ao planeta?** Sustentabilidade, Sistemas de Alimentação e Pegada Ecológica. Produzido para o “Urban Ecology Australia’s 10th Birthday Celebration Bioregional Banquet”, 2002.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** Livraria e Editora Agropecuária, 1999, pp. 19-26.

FURTADO, C. **O Brasil Pós-Milagre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 128.

KOVACSIK, R. **A evolução da oferta agrícola brasileira durante as décadas de oitenta e noventa.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégica em Negócios) – UFRRJ. Seropédica: UFRRJ, 2003.

LUTZENBERG, J. A. **O absurdo da agricultura moderna.** IDA - Instituto para o Desenvolvimento Social, Brasília, 1998. Disponível em <www.ida.org.br/artigos/Lutzenberg.pdf> Acesso em 03.jun.2007.

NEPA - Núcleo de de Ensino e Pesquisa Aplicada. Disponível em: <www.nepa.org.br>. Acesso em 03.jun.2007.

NUNES, B. F.. **Urbanização e migrações: reflexões gerais para auxiliar na interpretação do fenômeno migratório no Brasil.** In: Centro Scalabriano de Estudos Migratório - CSEM. (Org.). Migrações e Situações de Fronteira. 1 ed. Brasília: Centro Scalabriano de Estudos Migratório - CSEM, 2002.

SAMPAIO, F., FLORES, M.. **Comércio justo, ético e solidário e a agricultura familiar brasileira: um outro mercado é possível?** FACES, 2003. Disponível em <<http://www.facesdobrasil.org.br/fb/publicacoes/Comercio%20justo,%20etico%20e%20solidario%20e%20a%20agricultura%20familiar%20brasileira.pdf>>. Acesso em 23.mai.2007.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SPEYER, A. M. **Educação e campesinato: Uma educação para o homem do meio rural.** São Paulo: Loyola, 1983.

TILMAN, D. **O verdejar da revolução verde.** Nature, 396: 211-212, 1998.

